

Em Busca do Ouro Vermelho

STEHEN G. BAINES

Em *Red Gold*,* Hemming declara que seu livro é a primeira tentativa de abranger a história de todos os índios brasileiros durante o período que vai desde a descoberta do Brasil pelos europeus até a expulsão dos Jesuítas na década de 1760 (p. XV). O autor trata da história da colonização em forma anedótica, com muitas citações breves de documentos históricos. Do princípio ao fim do livro, o leitor encontra uma descrição de casos, sem tentativa alguma de analisar o que aconteceu no Brasil.

A abordagem trata de tópicos num tom bastante superficial, na forma de um discurso introdutório e, ao mesmo tempo, há uma preocupação de incluir pormenores. O tratamento prolixo de detalhes sobre assuntos isolados e insignificantes freqüentemente parece incongruente com a maneira de abordar tópicos muito gerais e simplificações tão ingênuas como: "O Brasil tem um clima ameno com bastante sol e chuva" (p. 25).

As numerosas citações, muitas vezes sem referência precisa à fonte, e um estilo que dá a impressão que o autor está tentando divertir o leitor, leva-nos a questionar o valor deste livro para a pesquisa histórica.

As tentativas que Hemming faz para ser sensacional aparecem desde o prefácio, onde ele usa uma linguagem retórica para contar suas aventuras no Brasil Central. No início do Capítulo 1, ele escolhe citações de documentos que realçam o encanto sexual que as índias representavam para os mari-

* HEMMING. John. *Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians*. Londres Macmillan, 1978, 677 p.

nheiros e primeiros colonos (p. 3, 4, 17, 18). É possível que os antigos documentos não ofereçam mais informações a respeito das interações entre os europeus e os índios, mas o que vem à tona é um estilo de comicidade sem qualquer esforço para chegar a uma compreensão mais profunda da situação de contato. É duvidosa a necessidade de pormenores arbitrários tais como, por exemplo, sobre um homem autorizado pelo rei a descer cem famílias indígenas porque “teve pena dele pois havia passado oito anos prisioneiro dos Mouros em Meknès e porque tinha mulher e sete filhos” (p. 370).

Tais detalhes tornam-se ainda mais supérfluos quando o autor os repete, mais adiante no livro (p. 419). Há muitos outros casos de repetição, como as referências à data da chegada dos primeiros jesuítas ao Brasil (p. 81, 97).

Hemming demonstra uma completa ausência de conhecimento antropológico e um ponto de vista acentuadamente etnocêntrico, como, por exemplo, “as aldeias indígenas eram, então, e sempre foram infestadas de superstições e medo de feitiçaria. Sem qualquer religião formal, as tribos atribuíam propriedades espirituais às árvores, animais e gente do seu mundo” (p. 112).

A religião “formal” de Hemming claramente decorre do seu conceito europeu de religião. Quanto à superstição, podemos dizer que as opiniões preconceituosas encontradas neste livro têm origem semelhante.

Hemming declara que o “curandeirismo ainda é uma parte importante da vida brasileira. Seus devotos contam-se em milhões, desde negros e mestiços do Nordeste a oficiais graduados do exército” (p. 63).

Este contraste que Hemming faz parece ser baseado em preconceitos raciais e de classe por ele assumidos, presumivelmente, colocando os “senior army officers” no pólo oposto dos “blacks and mestizos of the northeast”.

No Capítulo 3, “Origins and Fantasies”, há um tratamento muito superficial das teorias européias sobre as origens dos índios das Américas, seguido por um tratamento igualmente superficial de alguns mitos indígenas, o qual leva a digressões em torno de uma discussão geral que vagueia de pajés e enfeites de penas. O estilo digressivo demonstra, mais outra vez, a preocupação evidente que o autor tem em divertir o leitor.

Exemplos do ponto de vista etnocêntrico do autor são numerosos. Depois de afirmar que os índios não conseguiam,

absolutamente, encontrar um papel na nova sociedade que se estava apropriando de suas terras, Hemming sugere que isso “pode ter sido culpa deles, pois rejeitaram enfaticamente o modo de vida agressivo e competitivo do europeu” (p. 483).

Tal sugestão somente demonstra a falta de compreensão que o autor tem sobre a situação de contato. Hemming declara também mostrando, mais uma vez, essa visão etnocêntrica, que “os brasileiros (índios) tinham, realmente, suas próprias formas de lei, líderes e crenças, mesmo que estes fossem rudimentares, pelos padrões europeus” (p. 13).

No Capítulo 5, “The Arrival of the Jesuits”, Hemming descreve a destruição e supressão da cultura indígena pelos jesuítas (p. 115) e, de novo, toma um ponto de vista abertamente etnocêntrico, ao acrescentar que “os jesuítas, pelo menos, expuseram seus índios às glórias da música e arquitetura eclesiástica barroca. Foi a única vez na história do Brasil em que se mostrou aos nativos alguns dos melhores aspectos da nossa civilização” (p. 116).

O autor prossegue declarando que havia visitado suficientes reservas indígenas no Brasil, “para saber que atualmente não há sinal de arte e cultura ocidentais em nenhuma delas: nada além do deserto intelectual estéril e sujo dos homens de fronteira” (p. 117).

É difícil compreender como Hemming poderia ter visitado tantas reservas indígenas como ele afirma, e aí comparar a manifestação complexa e diversa da arte e cultura indígenas (mesmo na situação colonial da reserva) a um “shoddy intellectual desert”. Fica claro, então, que Hemming estava procurando somente arte e cultura européias. Eu só posso insinuar que as visitas que Hemming fez à reserva indígena foram de duração extremamente breve, e que a brevidade dessas visitas amorteceu suas percepções das culturas indígenas por ele observadas. Os termos depreciativos com que Hemming se refere ao sertanejo, um setor da população brasileira em condições econômicas e sociais que lhe negam acesso ao estilo de vida burguês que Hemming advoga, realça, novamente, os preconceitos etnocêntricos e classistas do autor.

Depois de tratar sucintamente da situação de contato entre índios e os primeiros colonos no Capítulo 1, Hemming toca de leve nas idéias européias da sociedade utópica, e prossegue com uma discussão sobre o início da escravidão no Brasil, seguido por uma breve seção sobre origens. Logo depois ele descreve as guerras entre as tribos da costa e os

colonos europeus nos meados do século dezesseis, incluindo uma alusão romântica à bandeira brasileira (p. 70).

Após esboçar a história da chegada dos jesuítas, o autor se refere, no Capítulo 6, às tentativas dos franceses em colonizar o Brasil no século dezesseis e seu papel em incentivar guerras intertribais. Em seguida, vem um capítulo onde ele examina o papel desempenhado por doenças e escravidão na dizimação das populações indígenas, um capítulo sobre os Potiguar do Nordeste, e outro capítulo que trata da descoberta do Amazonas, incluindo algumas citações interessantes referentes à densidade da população indígena ao longo do Rio Amazonas. O Capítulo 10 trata da colonização francesa no Maranhão e o Capítulo 11 examina a situação anárquica e a escravização dos índios na Bacia Amazônica, salientando o isolamento desta região em relação ao resto do Brasil no período histórico tratado.

O autor descreve os bandeirantes no Sul do Brasil e suas invasões às missões jesuíticas com o fim de obter escravos. Prossegue com um capítulo tratando do envolvimento dos índios nas guerras entre os holandeses e os portugueses, e outro capítulo sobre Antonio Vieira e as atividades dos jesuítas na Bacia Amazônica.

O Capítulo 16 relata a expansão da frente pecuária no sertão do Nordeste. Após descrever a conquista dos Tupi no século dezesseis, Hemming discorre sobre a conquista das tribos no interior durante o século dezessete. Inclui algumas observações interessantes sobre a maneira como a frente pecuária expulsou os índios (p. 346 e seguintes), através de expedições contra as tribos que habitavam as áreas cobiçadas pela produção de gado. O autor assinala que já no ano 1728, que marca uma expedição contra os Timbira, o interior do Nordeste estava ocupado pelos portugueses até a linha de Tordesilhas (do século quinze). Hemming afirma que a resistência indígena a esta invasão pecuária marca uma das etapas mais importantes na conquista dos índios brasileiros (p. 346).

O capítulo seguinte trata de uma série de corridas de ouro que ocorreram nos fins do século dezessete e que duraram até meados do século dezoito, em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, expandindo, assim, a fronteira de colonização no interior do Brasil e expulsando as populações indígenas. Hemming menciona que “os historiadores que escrevem sobre os bandeirantes dividem suas atividades em três ciclos: a ‘Caça aos índios’, principalmente contra as tribos nas vizi-

nhanças de São Paulo e das missões dos jesuítas espanhóis: ‘guerras de contrato’ contra as tribos que defendiam as pastagens do Nordeste; e ‘ouro’, a descoberta e exploração de novas minas” (p. 408). Contudo, Hemming não esclarece mais do que isto, nem oferece qualquer tipo de explicação ou análise.

O Capítulo 18 discute a escravização dos índios do Amazonas pela força. Hemming reconhece o papel desempenhado pelas missões na destruição das culturas indígenas (p. 413) e o regime de trabalho forçado (p. 414). O capítulo seguinte trata da situação dos índios envolvidos nos conflitos sobre o território do Alto Amazonas entre espanhóis e portugueses.

O Capítulo 20 trata das campanhas contra os jesuítas e o papel do Marquês de Pombal em incentivar estas campanhas. O livro conclui com um capítulo sobre a expulsão dos jesuítas. O autor argumenta que fatores econômicos constituíram um dos motivos principais para a destruição dos jesuítas por Pombal (p. 479), pois este pretendia que o tesouro real se apropriasse da riqueza dos jesuítas. Após dois séculos no Brasil, os jesuítas foram expulsos pelo rei espanhol, em 1767.

Hemming afirma que, à época de Pombal, os índios tornaram-se relevantes para o progresso da nação brasileira daquela época, tendo sido reduzidos a “uma vaga ameaça nas fronteiras do oeste” (p. 482).

No fim do último capítulo, Hemming se refere à mudança de atitude para com os índios nas literaturas portuguesa e brasileira. Os preconceitos humanitários do autor manifestam-se na declaração que “as únicas coisas amáveis escritas sobre os índios durante o século dezessete foram legados pelos primeiros cronistas em suas observações” (p. 484). Hemming não esclarece o que quer dizer com a palavra “amáveis” (kind).

Como já foi dito, o livro é baseado em preconceitos, na maior parte etnocêntricos e classistas. Contudo, estes tendem a ficar submersos pela preocupação do autor em divertir o leitor. Creio que Hemming poderia ter feito um esforço muito maior de análise da situação de contato. Apesar dos pontos fracos óbvios do livro, ele oferece um esboço histórico introdutório geral e descritivo, embora inadequado, dos primeiros séculos da colonização do Brasil. O autor toca de leve em alguns fatores importantes, como, por exemplo, o papel esmagador que desempenharam as doenças da Eurásia e África

na dizimação das populações indígenas nas primeiras fases de contato com os colonos (p. XV; Capítulo 7; p. 444) e que, até hoje, são um dos fatores principais no extermínio das populações indígenas recentemente contratadas (Darcy Ribeiro, 1970, p. 208, 434-5).

Hemming inclui um apêndice que oferece algumas estimativas da população indígena do Brasil em 1500. Contudo, ele não apresenta referências que apóiam suas estimativas, às quais ele chama de "intelligent guess ("palpite inteligente)". Isso leva o leitor a questionar o que Hemming entende pela palavra "intelligent".